



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006147-54.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Carmen Bavaro Carvalho**
 Requerido: **Município de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de reparação de danos, proposta por **CARMEN BÁVARO CARVALHO** em desfavor do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, sustentando que, no dia 20/12/2014, trafegava com seu veículo, que veio a cair em um buraco, depois que o asfalto cedeu, lhe causando prejuízos materiais e morais, que pretende ver ressarcidos pelos requeridos, em virtude de sua omissão.

Os réus foram citados e apresentaram contestação.

O Município de São Carlos alegou, preliminarmente, que é parte ilegítima para responder à demanda. No mérito, sustenta que não pode ser responsabilizado pelo evento e questiona o valor pleiteado, alegando que não tem base documental que o assegure.

O SAAE, por seu turno, alega que contratou uma empresa para fazer as obras e deixou o local em ordem e devidamente asfaltado, sendo que, devido à chuva em volume anormal, foi agravado o evento causador do acidente. Requer a denúncia da lide à empresa que realizou as obras e sustenta a inexistência de dano material ou moral.

Houve réplica.

O processo foi saneado, tendo sido afastadas as preliminares de ilegitimidade passiva e denúncia da lide, bem como reconhecida a ilegitimidade da autora quanto ao pedido de danos materiais.

Foi realizada audiência de instrução, tendo as partes apresentado alegações finais, na sequência.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece parcial acolhimento.

Como regra a responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo.

No caso em tela, contudo, a argumentação da autora é baseada na omissão do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

serviço público, quando tem cabimento tão-somente a responsabilidade subjetiva do Estado, pois “... *só no exame de situações concretas permite-se identificar se seria razoavelmente exigível a atuação estatal no sentido da execução da obra ou prestação do serviço devido e cuja ausência ou insuficiência terá sido a causa do dano sofrido pelo administrado; e mais, 'simples conduta omissiva do ente público, por si só, não assenta a obrigação indenizatória, havendo necessidade de que esta conduta omissiva tenha dado causa ou concorrido para a causação do acidente'* (TJRS, 12ª Câmara, 27.05.2004, RJTJRS 237/334)” (YUSSEF SAID CAHALI “Responsabilidade Civil do Estado” Ed. Revista dos Tribunais 2007 edição p. 222 - in Apelação nº 0010639-57.2008.8.26.0597, da Comarca de Sertãozinho).

Na lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, trata-se de responsabilidade por meio da qual surge a “obrigação de indenizar em razão de um procedimento contrário ao Direito, consistente em causar um dano a outrem ou em deixar de impedi-lo quando obrigado a isto” (in Curso de Direito Administrativo, 26ª ed., Malheiros, p. 992).

É a denominada *faute du service* dos franceses, aqui denominada pela doutrina como culpa pela ocorrência, que constitui a responsabilidade por comportamento ilícito, sob o perfil do descumprimento de um dever de agir, no qual a omissão é propositada (dolo) ou gerada por singela incúria, na modalidade de imprudência, negligência ou imperícia.

Sendo assim, há que se perquirir sobre a falta ou falha no serviço, ou seja, se os requeridos descumpriram dever legal que lhes impunha obstar o evento lesivo.

No caso em debate resta evidente que, como forma de evitar os danos suportados, deveriam os requeridos ter fiscalizado melhor a entrega da obra, a fim de constatar se estava de acordo com as normas técnicas, bem como mantido a sinalização, para que se desviasse dela, até que o asfalto estivesse mais firme, evitando ou minorando as consequências; contudo, assim não o fizeram, restando caracterizada sua negligência, o que autoriza o reconhecimento de sua responsabilidade pelo fato em menção.

Outro não é o entendimento perfilhado pela Jurisprudência:

“REPARAÇÃO DE DANOS - Queda de motocicleta em buraco na via pública, sem qualquer sinalização Arguição de ilegitimidade passiva afastada - Municipalidade que tinha o dever de reparar a pista de rolamento, ou ao menos sinalizar alertando sobre o perigo existente - Deve então responder pelos prejuízos ocasionados ao demandante, uma vez delineada na espécie a má prestação de serviço público - Alteração da situação fática do local do acidente que não foi minimamente comprovada nos autos -Ocorrência do sinistro que efetivamente desbordou em dano moral indenizável, como reconhecido em primeiro grau - Não se está mesmo diante de mero dissabor, suportando o autor lesões em razão do sinistro - Importe indenitário não impugnado em sede de apelação -Incidência da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009 na espécie - Apelo da Municipalidade provido em parte.” (TJ/SP, Apel. nº 0018312-41.2010.8.26.0562, 8ª Câmara de Direito Público, Rel. Paulo Dimas Mascaretti, j. 29/08/2012)

A existência do buraco na via foi comprovada pela testemunha Carlos, engenheiro do SAAE, que, inclusive, informou que o asfalto tem um tempo certo para secar e que ainda não estava “curado”, por isso cedeu. Disse, ainda, que seria possível que os veículos passassem pelo lado esquerdo da rua, mas, mesmo assim, o outro lado foi liberado e as placas foram retiradas, pois havia pessoas reclamando que a obra estava atrapalhando o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comércio. Embora fosse gerente, não soube dizer quem acompanhou a entrega da obra, pois a responsável pelo Setor deixou de trabalhar para a autarquia.

Por outro lado, a autora destacou que houve uma situação de muito nervosismo, em virtude do ocorrido, pois seu veículo afundou no asfalto e, dentro dele, estavam os seus netos, que ficaram muito assustados e gritando, sendo que houve tumulto, pois foi chamado o corpo de bombeiros e a polícia, tendo ficado muita abalada, restando caracterizado o dano moral.

Ante a inexistência de previsão legal para fixação do montante do dano moral, já ficou assentado:

Indenização Responsabilidade civil. Dano moral. Verba devida. Arbitramento. Juízo prudencial. Adequação à situação pessoal das partes. A indenização por dano moral é arbitrável mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa.

Deve, por isso, adequar-se à condição pessoal das partes, por que não sirva de fonte de enriquecimento da vítima, nem agrave, sem proveito, a obrigação do ofensor. (JTJ-LEX 236/167).

No corpo deste v. acórdão, sendo relator o então Desembargador César Peluzo, hoje Ministro do egrégio STF, está explicitado: “O valor por arbitrar a título de reparação moral precisa ser eficaz para atender à sua dupla função jurídica, transparente à necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa (cf., da antiga 2ª Câmara Civil, Ap. 143.413-1, in RJTJESP 137/238-240).”

Com tais considerações e, levando em conta os parâmetros acima, fixo o valor para reparação pelo dano moral em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido, para o fim de condenar os requeridos a ressarcirem à autora, em regime de responsabilidade principal do SAAE e subsidiária do Município, a título de danos morais, o importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), corrigido a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada" e com incidência de juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a partir do evento danoso (20/12/2014), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Diante da sucumbência, condeno as partes ao pagamento dos honorários arbitrados, nos termos estabelecidos pelo artigo 85, § 3º e incisos, do NCPC, em 20 % sobre o valor da condenação, na proporção de 50% para cada uma, sendo o Município isento de custas, na forma da lei.

P I

São Carlos, 03 de fevereiro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**